

Modelo de plano de saúde acessível proposto pela FenaSaúde é aprovado em enquete

Pesquisa de opinião organizada pela Federação aconteceu durante o 3º Fórum de Saúde Suplementar

Durante a realização do 3º Fórum de Saúde Suplementar, no início do mês, 92 pessoas – de 55 empresas e entidades – participaram de enquete elaborada pela FenaSaúde sobre o modelo de plano acessível proposto pela Federação. “A proposta da FenaSaúde não reduz cobertura, apenas traz um conjunto de mecanismos que traz racionalidade, transparência e competitividade. E como consequência, poderá promover uma redução de custos entre 20% a 25%”, explica Solange Beatriz Palheiro Mendes, presidente da FenaSaúde.

Segundo o levantamento, 64% dos participantes comprariam o plano elaborado pela FenaSaúde com os seguintes dispositivos em um produto único: atendimento hierarquizado, adoção de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, segunda opinião médica em casos de alta complexidade, coparticipação e plano regionalizado de acordo com a infraestrutura local.

“Com essa enquete, nosso objetivo foi trazer uma percepção do setor sobre o modelo de plano de saúde acessível elaborado pela FenaSaúde. Independente da formatação do produto a ser regulamentada, o consumidor não deve mais ser tratado como incapaz de definir o que é melhor para si. O importante é que tenha informações suficientes para exercer seu direito de escolha, com plenitude. É preciso dar opções ao beneficiário, de forma clara e compatível com sua renda”, explica a presidente da FenaSaúde.

A enquete da FenaSaúde fez um levantamento sobre a aprovação ou não de cada mecanismo da proposta de plano de saúde acessível criado pela Federação. Todos os dispositivos tiveram uma avaliação positiva: atendimento hierarquizado, com médico generalista (61%); adoção de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas (78%); segunda opinião médica em casos de alta complexidade (92%); coparticipação (63%); e plano regionalizado (74%). Com esses dispositivos em um produto único, a FenaSaúde acredita que haveria uma redução de custos

na ordem de 20%.

A proposta de plano de saúde acessível precisa de uma regulamentação específica, própria do produto. O relatório da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) apontou que diversos mecanismos apresentados já são comercializados. Mas é preciso que essas regras estejam compreendidas em único produto, o que dará racionalidade e transparência na relação entre consumidores, prestadores de serviço e operadoras, estimulando a concorrência e a aquisição do plano.

Fonte: [CNseg](#), em 16.10.2017.
